
CONCESSÃO DE CRÉDITO PELAS INSTITUIÇÕES BRASILEIRAS: UMA ANÁLISE DAS EVIDÊNCIAS EMPÍRICAS

ROSSATO, Vanessa Piovesan¹
PINTO, Nelson Guilherme Machado²

Recebido em: 2018.04.29

Aprovado em: 2020.04.03

ISSUE DOI: 10.3738/1982.2278.3021

RESUMO: O objetivo deste trabalho consistiu em analisar as evidências empíricas de estudos sobre a concessão de crédito pelas instituições brasileiras nos últimos dez anos (2008-2017), verificando o comportamento dessa temática nas diversas regiões do país. Foram analisadas questões relacionadas ao panorama desses estudos a fim de verificar os principais aspectos levantados sobre concessão de crédito em estudos anteriores. A partir da análise dos estudos publicados dentro da temática faz-se necessário explorar métodos como análise envoltória de dados, testes estatísticos de diferença de média.

Palavras-chave: Finanças; Valores a Receber; Pagamento Futuro.

CREDIT GRANT BY BRAZILIAN INSTITUTIONS: AN ANALYSIS OF EMPIRICAL EVIDENCE

SUMMARY: The objective of this work was to analyze the empirical evidence of studies on credit granting by Brazilian institutions in the last ten years (2008-2017), verifying the behavior of this theme in different regions of the country. Issues related to the panorama of these studies were analyzed in order to verify the main aspects raised about granting credit in previous studies. Based on the analysis of studies published within the theme, it is necessary to explore methods such as data envelopment analysis, statistical tests of mean difference.

Keywords: Finance; Amounts Receivable; Future Payment.

INTRODUÇÃO

Um dos artifícios que contribui para a alavancagem das vendas, refere-se à concessão de crédito para os tomadores. De acordo com Andrade *et al.* (2008) são diversas modalidades de concessão de crédito, isso porque ele pode ocorrer das agências financiadoras para as empresas que sentem restrições com o capital de giro, também pode se dar por meio das cooperativas de crédito que financiam a produção dos agricultores e também dos empreendimentos que financiam as compras dos clientes que não desejam pagar os bens ou serviços adquiridos na hora das compras.

A afeição pelo tema do crédito desperta atenção, uma vez que as instituições envolvidas na concessão de crédito prospectam ampliar o conhecimento do risco de falência do empreendimento, visto que as dívidas constituem parte do negócio. A partir disso, é primordial que as empresas empenhem uma gestão eficiente dos recursos, com informações consistentes a fim de tomar providencias que impulsionem a empresa para o desenvolvimento.

¹ Mestranda pelo Programa de Pós-Graduação em Administração (PPGA- UFSM).

² Professor Adjunto do Departamento de Administração da UFSM e dos Programas de Pós-Graduação em Administração Pública e em Gestão de Organizações Públicas da UFSM

Antes dos anos 2000 não se partilhavam informações a respeito de crédito e sobre o grau de endividamento das pessoas. Entretanto, esse debate ganha mais força em contextos de crise na realidade brasileira, em que os níveis de endividamento alavancam de forma vertiginosa, sendo uma de suas causas o próprio acesso ao crédito (SELAU; 2015).

O objetivo deste trabalho consistiu em analisar as evidências empíricas de estudo relacionadas ao crédito brasileiro nos anos de 2008 a 2017.

1 CRÉDITO

A palavra crédito tem seu embrião do latim “*credere*” cujo significado respalda-se nos sentidos de acreditar, confiar e crer e ainda pelo substantivo “*creditum*” que traduzido ao pé da letra exprime confiança (SELAU, 2015). Levando esse conceito para a gestão empresarial, ratifica-se que o crédito pode ser compreendido como a capacidade que as pessoas têm de adquirir um produto ou serviço mediante pagamento futuro (GONÇALVES *et al.*, 2014).

Muitas empresas para conseguir se manter no mercado necessitam de estratégias que despertem atenção dos clientes. Uma dessas estratégias condiz com a liberação de crédito para os consumidores. Salienta-se que é um método administrativo que dispõe de uma multiplicidade de formas de pagamento dos clientes, gerando, com efeito, a expansão na participação de mercado (ANDRADE *et al.*, 2008).

Do mesmo modo, Ivo *et al.*, (2015) ressalta que o crédito é um fator de desenvolvimento econômico, em que através da inovação permite que o empresário alcance magnitude para produção de bens e serviços. Ocer Filho (2017) complementa expondo que a aquisição de crédito promove a produção de bens e serviços.

Um dos aspectos que norteiam a política de concessão ao crédito corresponde à confiança dos comerciantes para com seus clientes. Assim, vestígios demonstram que mais importante que o valor monetário envolvido na consecução do produto/serviço está a confiança nos seus clientes, já que a credibilidade nos consumidores supõe a crença das pendências financeiras nos prazos estabelecidos. Caso, esse procedimento não ocorra de forma eficiente, a empresa terá que ter um capital de giro superior ao esperado, em vista da manutenção da saúde financeira do negócio. Tratando-se dos clientes, os mesmos além de endividados são inadimplentes, resultando em uma situação de atenção para que não se tornem futuros endividados (CAMPARA *et al.*, 2017).

Assim, o assunto crédito é essencial para a conjuntura empresarial, uma vez que uma política de crédito adequada permite minimizar os riscos dos clientes, por meio de estratégias que

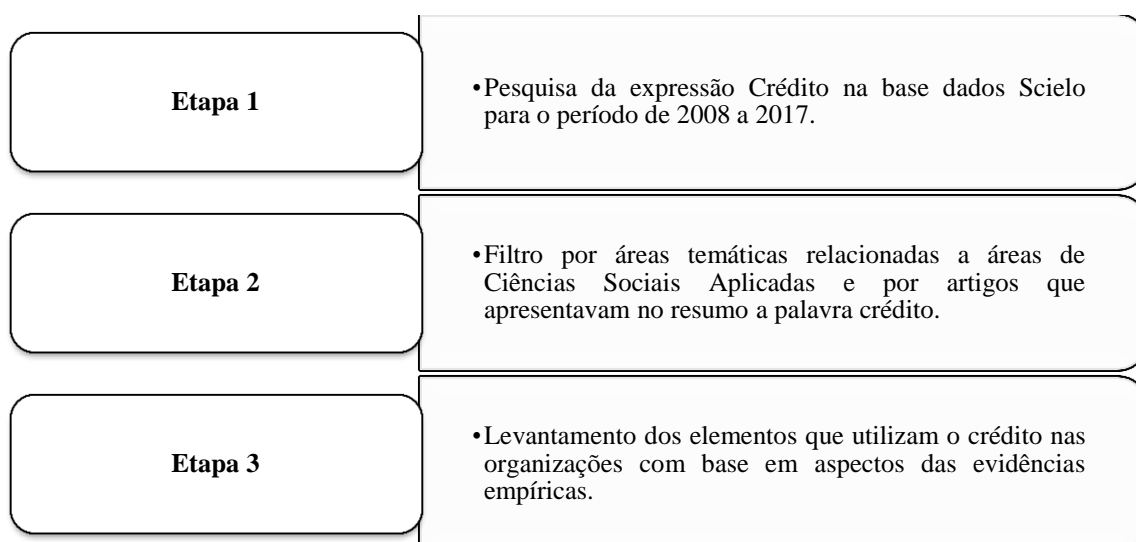
impeçam compradores pré-dispostos a inadimplência, conservando a riqueza da empresa, além de saber e compreender o comportamento do consumidor (CAMPARA *et al.*, 2017).

2 MÉTODO

Os procedimentos metodológicos usados para consecução do trabalho fundamentam-se na pesquisa bibliográfica. Utilizou-se o método monográfico e comparativo e quanto à sua natureza, apresenta um caráter aplicado. Ao final das explanações do levantamento bibliográfico realizou-se um panorama dos assuntos que obtiveram maior ênfase, e permitiu diagnosticar assuntos pouco discutidos, a fim de propor sugestões que discutam essas temáticas.

O trabalho apresenta uma técnica indireta de análise, por meio um levantamento de dados bibliográficos. As etapas condizentes com o procedimento podem ser visualizadas na Figura 1.

Figura 1: Etapas da pesquisa realizada



Fonte: Adaptado de Quadros e Pinto (2017)

Na primeira etapa da pesquisa, realizou-se um filtro pela expressão “crédito” na base de dados *Scientific Electronic Library Online (Scielo)*, selecionando os anos entre 2008 e 2017, a fim de representar uma década dos estudos empíricos relacionados a crédito. Foram selecionados os artigos referentes à área de Ciências Sociais que no resumo apresentavam a palavra crédito. Destaca-se que nessa parte do processo foram encontrados 160 trabalhos e após leitura de cada resumo, restringiu-se o estudo para 52 trabalhos, de onde foram levantados os artigos que utilizam o crédito com base nas evidências empíricas.

3 ANÁLISE DOS RESULTADOS

3.1 Evidências Empíricas

Conforme explicitado, a literatura referente ao crédito possui dimensão nacional e alguns autores já utilizaram essa temática como alvo de estudo. Dentre eles: Brito e Assaf Neto (2007), Gonçalves e Braga (2008), Gartner, Moreira e Galves (2009), Camargos (2010), Montes e Feijó (2011), Capobianco, Braga e Silveira (2012), Santos e Braga (2013), Aoki e Badalotti (2014), Kunkel, Vieira e Potrich (2015), Resende e Mafra (2016) e Quaglio e Paiva (2017).

Visando desenvolver um modelo de classificação de risco de crédito de empresas no mercado brasileiro, Brito e Assaf Neto (2007), utilizaram da regressão logística e estudaram 60 empresas, sendo 30 insolventes que se tornaram concordatárias ou falidas e 30 solventes por uma amostra de julgamento. Os resultados obtidos revelam que o modelo de classificação de risco desenvolvido prevê eventos de *default* (início de um procedimento legal de concordata ou falência) e as demonstrações contábeis fornecem informações que classificam as empresas como prováveis solventes e insolventes.

A partir de testes de metodologias que determinam a magnitude de crédito de debêntures de empresas brasileiras, Godói, Yoshino e Oliveira (2008), utilizam 32 debêntures para análise, empregando-se da técnica do desvio padrão. Revela-se que debêntures são títulos de crédito representados por empréstimos que uma empresa oferta a terceiros. Dessa maneira, a partir de testes, verificou-se que o modelo de Merton (1974) é o que mais se enquadra, já que não necessita de análises subjetivas para concessão de crédito.

Gonçalves e Braga (2008) verificaram, a partir de indicadores financeiros, qual é o risco de liquidez das cooperativas de crédito de Minas Gerais e quais os determinantes desse risco. Foi utilizado o modelo de regressão *logit* multinomial. Os resultados analisados, indicaram que valores menores dos indicadores utilização de capital de terceiros e os valores maiores dos indicadores depósito total/operações de crédito e logaritmo do total de ativos tornam as instituições estudadas mais líquidas.

Monteiro e Teixeira (2008) compreenderam, em uma pesquisa qualitativa, a predisposição dos gestores de empresas credoras a confiar em empresas em recuperação financeira tendo em vista a concessão de créditos financeiros. Com os dados coletados por meio de entrevistas com gestores de empresas com responsabilidade na concessão de crédito de empresas em situação de risco, tiveram os resultados finais provenientes da análise de domínio. Dessa maneira, identificou-se que a predisposição a confiar, tendo em vista a concessão de crédito é decorrente dos atributos da empresa em recuperação financeira e de seu gestor, através de aspectos cognitivos e afetivos.

Brito, Assaf Neto e Corrar (2009) identificaram os riscos de crédito das companhias de crédito do Brasil por meio de uma análise de conglomerados, pelo modelo desenvolvido por Brito e Assaf Neto (2008). Com isso, identifica-se que as empresas apresentam risco alto, além de elevada taxa de mortalidade, evidenciando uma ineficácia quando utilizado a classificação de risco em modelos contábeis.

Dispondo-se do método *Analytic Hierarchy Process* (AHP), Gartner, Moreira e Galves (2009) buscaram propor um modelo de classificação de risco de crédito. Para os autores, a ferramenta é mais concisa, uma vez que a opinião de especialistas poderia tendenciar o julgamento por ser uma análise subjetiva. Destaca-se que os objetos de estudo foram os segmentos econômicos de acordo com o IBGE (2002).

A fim de identificar e analisar os fatores condicionantes da inadimplência nos processos de financiamentos concedidos pelo Banco de Desenvolvimento de Minas Gerais (BDMG) no Programa GERAMINAS entre junho de 1997 e janeiro de 2006, Camargos (2010) utilizou-se do universo de dados do período, constituído de 25.616 processos de 17.743 micro e pequenas empresas. Foi abordado o Modelo de Regressão Logística Binária. Após o panorama de estudos, foi constatado que os fatores condicionantes da inadimplência refere-se a um mercado com baixas oportunidades, nível de informatização intermediário e gerenciada por sócios possuidores do diploma de segundo grau.

Com o objetivo de avaliar o grau de transparência do risco de crédito praticados pelas instituições financeiras brasileiras, tendo como referência as divulgações do acordo da Basileia o estudo de Dantas *et al.* (2010) valeu-se do objeto de estudo das instituições financeiras brasileiras. Para consecução do trabalho, o método praticado foi o da regressão linear com a estatística descritiva. Os objetivos revelam que o grau de evidenciação do risco de crédito aumentou no primeiro trimestre de 2001 e o quarto trimestre de 2008, embora em crescimento, o índice médio de divulgação dos requerimentos de divulgação de Basileia II para o risco de crédito foi de apenas 39,04% ao final de 2008. É válido destacar que no primeiro trimestre de 2001 esse risco era de 33,65%.

Leismann e Carmona (2010) tiveram como alvo os dados financeiros das cooperativas de crédito e sociedades de crédito ao microempreendedor, com o objetivo de analisar a sustentabilidade financeira dessas cooperativas de crédito no Brasil. Dessa forma, a partir da análise discriminante e o procedimento de *crass-validation* identificaram que essa análise é uma metodologia robusta, uma vez que permite correções no ponto de corte das empresas quando necessário.

Wesz Júnior (2010) analisou a política de crédito rural direcionada para as agroindústrias familiares, a partir de uma pesquisa documental e entrevistas com os envolvidos da gestão da

linha de crédito e diagnosticou que com a flexibilização das condições financeiras do Pronaf e com a redução da taxa de juros, ocorreu uma alteração do foco do programa à medida que deixa de ser exclusivo para as pequenas propriedades abrindo espaço para cooperativas, desviando a função primordial do programa.

Bressan *et al.*, (2011) identificou as chances de insolvência das cooperativas de crédito, tendo como objeto de estudo as cooperativas de Minas Gerais. Destaca-se que esse estudo ficou subordinado ao sistema *Pearls* em que possibilita o monitoramento do desempenho das cooperativas, através da ajuda na identificação de prováveis riscos. Nesse estudo não foi identificado um método claro que delineasse a pesquisa, visto que toda análise ocorreu por meio da metodologia *Pearls*. A partir dos resultados, ficou entendido que esse monitoramento é importante na configuração das cooperativas, uma vez que possibilita a identificação da possibilidade de insolvência da organização, comparando o desempenho das cooperativas e facilitando a supervisão dos órgãos reguladores.

Montes e Feijó (2011) estudaram o impacto da credibilidade na condução da política monetária e, conseqüentemente, sobre o processo de concessão de crédito, utiliza como método um modelo de racionamento de crédito com ênfase no custo da informação. Como resultado, identificou-se que credibilidade da autoridade monetária e de suas políticas, ao afetar a condução da política monetária, influencia o montante de recursos disponibilizados pelos bancos para o financiamento de novos projetos de investimento por meio do canal do crédito.

Tendo por objetivo analisar os impactos econômicos do crédito rural em Pirapora, uma das sete microrregiões de Minas Gerais, Capobiango, Braga e Silveira (2012) recorreram a dados em painel. Assim concluíram que são diversos os impactos positivos no crédito rural nas atividades econômicas do setor agropecuário, uma vez que proporciona liquidez para a economia local.

A pesquisa de Oñate e Lima (2012) realizou um estudo de caso referente à Cooperativa de Crédito Rural dos Fornecedores de Cana e Agropecuaristas da Região de Piracicaba (Cocrefocapi) com o objetivo de mostrar a importância dessa cooperativa nos fornecedores de cana de Piracicaba-SP. Os resultados demonstraram que o tamanho da terra deve ser considerado na hora de conceder crédito e que uma cooperativa contribui para o desenvolvimento da região. Para tanto, utilizou-se de dois modelos econométricos de forma qualitativa e com análises descritivas.

Carrer; Souza Filho e Vinholes (2013) tiveram, em seus estudos, o objetivo de identificar os determinantes da demanda e do acesso ao crédito rural por bovinocultores de corte no estado de São Paulo, utilizando como alvo os pecuaristas. Para tanto, utilizaram entrevistas e os dados

foram analisados por meio de um modelo *logit e probit*. Como resultados, identificaram que os pecuaristas que precisavam de crédito, conseguiram a demanda no ano de 2010.

A fim de analisar a eficiência e o posicionamento do ranking das cooperativas de crédito no Brasil, Diel e Silva (2013) utilizaram do ranking das 50 maiores cooperativas de crédito do Brasil pela BOCEN. Através da metodologia empregada com a análise multivariada de dados e análise hierárquica dos dados (AHD), os resultados confrontam as informações preliminares, uma vez que ocorre uma alteração de posição de 48 das 50 cooperativas consideradas pelo ranking original contrapondo o ranking analisado.

O trabalho de Mendonça (2013) avaliou o crédito imobiliário no Brasil, com a utilização do método do Modelo Vetor Autorregressivo (MVA). Com isso, os resultados indicam que o fato de que a demanda por hipoteca tem estado sujeita a ciclos de retração e expansão desde 2003. Um deles ligado à fase recessiva sendo que os outros dois estão ligados à fase expansiva do ciclo de crédito

A fim de analisar a evolução recente da estrutura do setor bancário brasileiro e o ciclo de crédito no Brasil no período de 2003- 2008, Paula, Oreiro e Basilio (2013) estudaram os bancos públicos federais (BNDES, Banco do Brasil e CEF), tendo por metodologia o índice de concentração espacial de *Hirschman-Herfindal*. Dessa forma, no período de 1995- 2003 como a economia estava em um ambiente pouco propício para o desenvolvimento de crédito, a mesma declinou, atingindo um PIB de 23%. Entretanto, na faixa de 2004- 2008 com maior estabilidade econômica, começou a ser estimulado a oferta de crédito, passando de 23% para 30% do PIB.

Com o objetivo de mensurar os impactos do crédito rural sobre a produtividade nas grandes regiões brasileiras Santos e Braga (2013) utilizaram do método de restrição ao crédito e *propensity score*. Com isso, verificaram que o crédito ainda não foi suficiente para aumentar a produtividade no setor agrícola, exceto no nordeste em que houve alavancagem da produção. Assim, é percebido que o Brasil precisa de melhorias na política de crédito.

Rocha, Marcelino e Santana (2013) analisaram as razões e os principais fatores que levam o Governo Federal a utilizar sistematicamente o crédito extraordinário. Realizaram entrevistas estruturadas com os atores que formulam políticas orçamentárias e concluíram que o governo acaba se utilizando frequentemente do crédito extraordinário, devido a sua efetividade.

Silva e Alves (2013) analisaram os elementos que impulsionam os financiamentos habitacionais, juntamente com seus impactos, exemplificado pelas regiões do Rio Grande do Sul, combinando três procedimentos que são: método estrutural- diferencial, técnicas de krigagem e regressão espacial, detectou-se que houve dispersão dos financiamentos para o sul e o sudoeste do estado, regiões estas menos desenvolvidas. Ademais, alguns imóveis sofreram acréscimo de valor, favorecendo as desigualdades sociais.

No trabalho de Tavares, Montes e Guillén (2013) notou-se que a política monetária se desenvolveu pela concessão de crédito a pessoas físicas. Utilizando-se do Método de Mínimos Quadrados Ordinários (OLS), identificou-se que as políticas monetárias influenciam o prêmio do seguro de crédito, e existe uma relação positiva entre o prêmio de seguro e o *spread*, sugerindo que o *spread* de crédito é sensível ao montante de seguros pagos pelas entidades financeiras.

Com o emprego da técnica do Modelo de Vetor de Correção de Erros (VEC), o estudo de Abrita *et al.*, (2014) propõe em sua didática analisar a operacionalidade e a eficiência do canal de crédito como mecanismo de transmissão da política monetária no Brasil de Janeiro de 2001 a Setembro de 2011. Percebeu-se um aumento expressivo na relação crédito/PIB, visto que o canal de crédito é um importante mecanismo de transmissão da política monetária.

Aoki e Badalotti (2014) analisaram as linhas de crédito públicas — Proger e BNDES/Finame nas microempresas de Chapecó. Utilizou-se de uma metodologia quanti-quali à medida que foram realizados questionários, aplicados com os responsáveis das microempresas de Chapecó, e entrevistas com os representantes das instituições de apoio financeiro. Os dados revelaram que a maior parte dos gestores das microempresas desconhecem as linhas de crédito oferecidas pelas instituições financeiras, justificando o baixo índice de procura das linhas de crédito oferecidas.

Carvalho *et al.*, (2014) investigaram os fatores que afetam a saída do mercado das cooperativas de crédito singulares brasileiras de 1995 a 2009. Realizaram um estudo com os dados contábeis do Banco Central do Brasil E os resultados mostraram que não há evidências que possuam uma relação entre rentabilidade e sobrevivência da cooperativa no mercado.

Carvalho (2014) analisou o impacto da gestão das práticas de oferta de crédito sobre a de estoques em uma amostra de 432 micro e pequenas empresas. Os dados da amostra foram submetidos a técnicas multivariadas, de análise fatorial confirmatória e exploratória, e regressões estruturais simultâneas. A proposição de que a gestão das práticas de crédito determina a gestão de estoques, quando mediada pela gestão de caixa, foi suportada.

Carvalho e Schiozer (2014) investigaram os determinantes do estilo de condução da gestão financeira de curto prazo em micro e pequenas empresas. Empregou uma *survey* com 447 dirigentes de micro e pequenas empresas dos estados de Minas Gerais e São Paulo. Operou com técnicas multivariadas e diagnosticou que comparado com as empresas britânicas, os empreendimentos brasileiros revisam a maioria das rotinas de capital de giro com maior frequência e que as micro e pequenas empresas ofertam menos crédito comercial que as britânicas.

Em seus estudos, Chein e Silva (2014), analisaram a existência de racionamento de crédito dentro do setor informal urbano, por meio do método de correlação entre riquezas e

escolhas individuais pelo método de Mínimos Quadrados Ordinários (MQO). Portanto, ao utilizar-se da pesquisa Economia Informal Urbana, os resultados obtidos sugerem que existem relações de crédito ativos no setor informal em áreas urbanas do Brasil.

Na perspectiva de analisar a relação entre o fluxo de caixa e investimento para empresas de capital aberto e fechado entre os períodos de 2007- 2010 o estudo de Ghani, Martelanc e Kayo (2014) realizou uma análise econométrica. A partir disso, identificaram que a restrição ao crédito é a mesma para empresas de capital aberto e fechado.

O estudo de Matias *et al.*, (2014) apresenta caráter descritivo e visa analisar o índice de eficiência e a evolução das receitas de prestação de serviços das cooperativas de crédito em comparação às instituições bancárias privadas e públicas. A amostra consiste nas maiores instituições bancárias e cooperativistas selecionadas de acordo com o critério ativo total. Para análise das variáveis foram empregados índices de eficiência, análise vertical e horizontal das receitas de prestação de serviço no período entre 2002 e 2012. Os resultados obtidos demonstraram que os índices de eficiência dos bancos privados apresentaram os maiores níveis entre os segmentos analisados, seguidos pelos bancos públicos e, por fim, pelas cooperativas de crédito.

A pesquisa de Oliveira, Schiozer e Leão (2014) revelou o impacto da presença de bancos estrangeiros em países em desenvolvimento, tendo como alvo a participação nos mercados de crédito. A partir disso, o trabalho aproveitou dos dados de bancos comerciais, investimento no período de 2005 a 2011. Dentre os principais resultados, destaca-se o fato de que as taxas de juros cobrados pelos estrangeiros para pessoas jurídicas são menores do que a taxa cobrada pelos bancos privados nacionais e públicos. Assim, verifica-se que os bancos de controle estrangeiro têm importante papel no sistema bancário brasileiro. Para apropriação desses dados, os autores utilizaram-se da regressão linear.

Os trabalhos de Ribeiro e Schiozer (2014) investigaram a relação entre restrição de capital e as operações de cessão de crédito realizadas pelos bancos brasileiros, destacando que o método utilizado foi o da regressão. Os dados obtidos revelaram que um aumento da restrição de capital tanto próprio como de terceiros relaciona-se com a expansão de crédito realizada pelos bancos brasileiros.

Com o objetivo de analisar o impacto da gestão das práticas de oferta de crédito sobre os estoques, o trabalho de Carvalho (2015), utiliza de técnicas multivariadas de análise fatorial, além de regressões estruturais simultâneas. Baseou-se nas pequenas e micro empresas de São Paulo e Minas Gerais, revelando que a sincronização dos prazos de recebimento e de pagamentos com a adoção de políticas de desconto, assegura a liquidez das firmas.

Utilizando-se de métodos quantitativos o trabalho de Costa e Gomes (2015) examinam as operações de crédito contratadas pelo BNB e pelo BB para o setor extrativista de pó de cerífero, além da produção de cera de Carnaúba no Nordeste de 2007 a 2012. O objeto de estudo fundamentou-se nas agências de BNB em municípios do Piauí e arrendatários, donos de armazém e de pó industrial. Dessa forma corrobora-se que para os extrativistas terem acesso ao crédito das agências do BND, precisam preencher alguns requisitos, tais como, a elaboração de um miniprojeto para determinação do valor a ser concedido, além da observação das questões ambientais para inserção no programa.

O objetivo do trabalho de Kunkel, Vieira e Potrich (2015) foi avaliar as causas e as consequências da dívida no cartão de crédito a partir de fatores comportamentais. Para tanto, foi realizada uma pesquisa com 1.831 usuários de cartão de crédito dos estados de Rio Grande do Sul, Minas Gerais, através da aplicação de questionários. Observou-se que os respondentes mantêm baixos índices de endividamento no cartão de crédito.

Com a utilização do método de *Asset swap spreads* (ASW) e dos *credit default swaps*, buscou-se desenvolver o objetivo de determinar os principais determinantes do risco de crédito da Petrobras. Diante dessa conjuntura esse trabalho desenvolvido por Oliveira e Pinto (2015) expõe como resultados que as variáveis microeconômicas da empresa são pouco significativas para explicar as diferenças entre os mercados e que a maior parte da distinção se dá pelas variáveis macroeconômicas.

Riva e Salotti (2015) investigaram se a adoção do padrão contábil internacional provoca algum impacto no custo de crédito bancário. Para isso, foram 179 empresas sujeitas ao Pronunciamento Técnico De Contabilidade para pequenas e médias empresas, com a utilização de regressão quantílica. Identificou-se fraca associação entre as medidas de qualidade de informação contábil e custo de crédito bancário das empresas, além de uma relação inversamente proporcional de custo de crédito e qualidade da divulgação contábil.

Schuntzemberger *et al.*, (2015) mediram o impacto da implantação de cooperativas de crédito rural nos municípios brasileiros. Como resultado, identificou-se que há um impacto médio da presença de cooperativas de crédito, evidenciando a importância de criar cooperativas, visto que contribui para o crescimento local.

Ademais, Silva e Hein (2015) procuram identificar o nível de risco positivo na dívida de crédito que otimiza o desempenho econômico-financeiro das cooperativas de crédito. Assim, os autores utilizam como instrumento de estudo as 10 maiores cooperativas brasileiras no período de 2001 a 2010. Com o método da regressão, obteve-se grau de risco positivo, não em situação de turbulência no resultado com predisposição a folga.

Tavares, Pacheco e Almeida (2015) conheceram e analisaram as formas de financiamento e produtos mais utilizados pelas pequenas e médias empresas do distrito do Porto, em Portugal. O método utilizado foi quantitativo e exploratório, por meio da aplicação de um questionário a 1.600 empresas do distrito do Porto, sobre as diferentes formas de financiamento das organizações. Os resultados permitiram concluir que o crédito bancário é a principal fonte de financiamento das pequenas e médias empresas.

Tristão, Bender Filho e Coronel (2015) analisaram a influência das variáveis macroeconômicas sobre o crédito industrial no Brasil, no período pós-estabilização. Referente ao método foi estimado um modelo de correção de erros com o qual foi possível analisar as dinâmicas de longo e de curto prazo. Os resultados apontam para a recorrente influência da taxa de câmbio e do produto agregado na explicação do comportamento das operações de crédito industrial na economia brasileira, tanto no curto quanto no longo prazo.

Com um levantamento das teorias que procuram entender as implicações da centralidade do consumo em demasia, a partir de um ensaio teórico, o estudo de Valadares *et al.*, (2015) objetivou identificar os desafios que se impõem na sociedade com o consumo em demasia. Os resultados identificaram uma produção de economia hedonista que foca no individualismo em detrimento de demandas coletivas.

Já Yoshida e Schiozer (2015), utilizaram do método de Berrospide e Edge (2010), para verificar a associação entre capital bancário e a concessão de crédito livre no mercado brasileiro de 2003 a 2012. Assim, há relação positiva entre o crescimento do crédito livre do capital excedente.

O trabalho de Albuquerque, Medina e Silva (2016), utilizou-se das regiões do distrito Federal para verificar se os fatores que influenciam o risco de crédito diferem de acordo com a localização geográfica do tomador. Desse modo, empregaram o método da regressão logística e nos achados, diagnosticaram que o risco de crédito se manifestou de maneiras diferentes em cada região do Distrito Federal.

Em seu método de medida estatística, *Receiver Operating Characteristic* (ROC) e abordagem de Stein (2005), o trabalho de Crespi Júnior, Perera e Kerr (2016) teve como objetivo incluir a margem operacional para definir o ponto de corte de concessão de crédito, inferindo que a rentabilidade da empresa pode aumentar. Ao final de seus estudos, concluíram que a partir da flexibilização do ponto de corte, levando em consideração a margem operacional, o resultado da empresa poderá ser maximizado.

O trabalho de Jacques e Gonçalves (2016) buscou mensurar o impacto das cooperativas de crédito na renda dos municípios brasileiros usando o método de diferenças em diferença. Foi

encontrado um impacto médio de R\$ 1.825 no PIB per capita para uma amostra de 3.580 municípios brasileiros, com significância a 5%.

A pesquisa de Kraychete (2016) teve como objeto de estudo os contratos de créditos concedidos pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social, entre 2004 e 2015, através de uma pesquisa documental. Assim, a concessão de créditos a empresas brasileiras de construção civil para a realização de obras no exterior é resultado de amplo movimento que contempla: exigências de sintonia entre os processos de valorização dos capitais.

Com o objetivo de identificar como o Pronaf é definido e avaliado pelo estado brasileiro, a pesquisa de Resende e Mafra (2016), empregou a revisão da literatura, e a pesquisa por dados oficiais sobre o Pronaf. Dessa forma, as evidências mostraram que a maior alocação de recursos do programa não é suficiente para a diminuição da desigualdade no meio rural brasileiro. Além disso, há uma discrepância, visto que não ocorre muito reconhecimento da agricultura familiar.

A pesquisa de Simonassi *et al.*, (2016) utilizou-se da convergência de um modelo autoregressivo para investigar o efeito da oferta de crédito do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) sobre a sustentabilidade no setor primário. Para isso, buscou os dados trimestrais do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) do Produto Interno Bruto (PIB) do setor primário. Os frutos do estudo desencadeiam em uma política de reembolso BNDES para o setor primário, não consistente para manutenção de crescimento, portanto, ineficiente para a concessão e alocação de crédito ofertado.

Com o objetivo de verificar se as cooperativas de crédito da Confederação Nacional das Cooperativas Centrais Unicred gerenciam seus resultados contábeis, a fim de transmitir uma solidez nas cooperativas, o estudo de Bressa; Souza e Bressan (2017), seleciona 113 cooperativas de crédito filiado ao sistema Unicred de 2001 a 2011 disponibilizados pelo Banco Central do Brasil. Os resultados, exprimem que as cooperativas filiadas as Unicred's fazem o uso da prática de gerenciamento de resultado.

A pesquisa de Melo e Resende Filho (2017) buscou identificar os determinantes do Sistema Nacional de Crédito Rural no Brasil, através do método de causalidade de Toda e Yamamoto (1995). Os resultados mostraram que as taxas de juros de referência não afetam a inadimplência. O trabalho de Mendonça, Moreira e Sachsida (2017) teve como objetivo estimar uma função demanda por crédito para veículos no Brasil de 2000 a 2012. Para tal propósito usou-se o modelo de Markov Switching, obtendo como resultado o fato de que a taxa e o prazo de financiamento, juntamente com o preço e o estado de economia, explicam tal função. Ademais, com a redução da alíquota ocorre a expansão do crédito e a formação de bolhas de mercado de veículos resultando na inadimplência.

Procura-se identificar no trabalho de Quaglio e Paiva (2017) se a distribuição das operações de crédito do BNDES, no período de 2007 a 2012, alcançou as regiões menos desenvolvidas, priorizadas pela Política Nacional Desenvolvimento Regional (PNDR). Os resultados encontrados demonstraram que a atuação do BNDES se dá, pela fragmentação e reconcentração regional das operações realizadas.

Por fim, o trabalho de Tiryaki *et al.*, (2017) teve como objetivo estudar os ciclos de crédito, inadimplência e as flutuações econômicas no Brasil, tendo como objeto de estudo os dados do Banco Central do Brasil para medir a inadimplência, o crédito, o PIB e os juros no Brasil. Dessa forma, os resultados indicam que o impacto inicial de um choque real positivo é expandir o crédito e reduzir a inadimplência bancária, mas, em longo prazo, um menor racionamento de crédito vem acompanhado de maior exposição ao risco por parte das instituições financeiras.

Por conseguinte, como o tema é complexo, não basta avaliar aspectos que englobem somente questões financeiras, e sim ampliar a gama de estudos para aspectos das finanças comportamentais e comportamento do consumidor, uma vez que o tema está em voga e é estudado como multidisciplinar. A fim de visualizar o que foi descrito nessa seção, o Quadro 1 faz um apanhado dos estudos discutidos com referência ao crédito.

Quadro 1: Resumo Evidências Empíricas

(Continua)

Objeto de estudo	Método Utilizado	Referência
60 empresas (30 solventes e 30 insolventes)	Regressão logística	Brito e Assaf Neto, (2007)
32 debêntures	Desvio Padrão	Godói; Oshino; Oliveira, (2008)
Cooperativas de economia e crédito mútuo de Minas Gerais	<i>Logit</i> multinomial,	Gonçalves e Braga (2008)
Gestores de empresas com responsabilidade na concessão de crédito	Análise de Domínio	Monteiro e Teixeira (2008)
Companhias Abertas do Brasil	Análise de conglomerados	Brito, Assaf Neto e Corrar (2009),
Segmentos econômicos de acordo com o IBGE (2002).	Método AHP	Gartner, Moreira e Galves (2009)
25.616 processos de 17.743 micro e pequenas empresas	Modelo de Regressão Logística Binária	Camargos (2010)
Instituições financeiras brasileiras	Regressão linear	Dantas <i>et al.</i> ,(2010)
Dados financeiros das cooperativas de crédito e sociedades de crédito ao microempreendedor	Análise discriminante e o procedimento de <i>crass-validation</i>	Leismann e Carmona (2010)
Agroindústrias brasileiras	Pesquisa documental	Wesz Junior (2010)
Cooperativas de crédito de Minas Gerias	Metodologia <i>Pearls</i> .	Bressan <i>et al.</i> , (2011)

Quadro 1: Resumo Evidências Empíricas

(Continua)

Bancos de Financiamento	Modelo de racionamento de crédito com ênfase no custo da informação	Montes e Feijó (2011)
Pirapora (Minas Gerais)	Dados em painel	Capobiango, Braga e Silveira (2012)
Cooperativa de Crédito Rural dos Fornecedores de Cana e Agropecuaristas da Região de Piracicaba (Cocrefocapi).	Dois modelos econométricos de forma qualitativa e com análises descritivas.	Oñate e Lima (2012)
Bovinocultores de corte no estado de São Paulo	Entrevistas	Carrer, Souza Filho e Vinholis(2013)
50 maiores cooperativas de crédito do Brasil pela BOCEN	Análise multivariada de dados e análise hierárquica dos dados (AHD)	Diel e Silva (2013)
Crédito imobiliário no Brasil	Modelo Vetor Autorregressivo (MVA)	Mendonça (2013)
Bancos públicos federais (BNDES, Banco do Brasil e CEF).	Índice de concentração espacial de <i>Hirschman-Herfindal</i>	Paula, Oreiro e Basilio (2013)
Pessoas que formulam as políticas orçamentárias	Entrevistas	Rocha, Marcelino e Santana (2013)
Grandes Regiões brasileiras	Restrição ao crédito e <i>propensity score</i>	Santos Braga(2013)
Analisar os financiamentos habitacionais das regiões do Rio Grande do Sul.	O método estrutural diferencial, técnicas de krigagem e regressão espacial	Silva Alve Continua
Política monetária na concessão de crédito a pessoas físicas	Método de mínimos quadrados ordinários (OLS)	Tavares, Montes e Guillén (2013)
Política monetária no Brasil de Janeiro de 2001 a Setembro de 2011	Modelo de Vetor de Correção de Erros (VEC)	Abrita <i>et al.</i> , (2014)
Cooperativas de crédito singulares brasileiras de 1995 a 2009	Não houve descrição de método	Carvalho <i>et al.</i> , (2014)
Micro e pequenas empresas	Técnicas multivariadas	Carvalho e Shiozer (2014)
Micro empresas de Chapecó	Quali-Quantí	Aoki e Badalotti, (2014)
Setor informal urbano	Mínimos Quadrados Ordinários (MQO)	Chein e Silva (2014)
Empresas de capital aberto e fechado entre os períodos de 2007- 2010	Econometria	Ghani, Martelanc e Kayo(2014)
Maiores instituições bancárias e cooperativistas selecionadas de acordo com o critério “ativo total	Índices de eficiência, análise vertical e horizontal	Matias <i>et al.</i> , (2014)
Bancos comerciais, de investimento no período de 2005 a 2011	Regressão linear	Oliveira; Shiozer e Leão, 2014)
Bancos brasileiros	Regressão	Ribeiro e Shiozer (2014)
432 micro e pequenas empresas do Brasil	Técnicas multivariadas, de análise fatorial confirmatória e exploratória, e regressões estruturais simultâneas	Carvalho, (2015)
Agências de BNB em municípios do Piauí e arrendatários, donos de armazém e de pó industrial	Métodos quantitativos	Costa e Gomes (2015)
1.831 usuários de cartão de crédito dos estados de Rio Grande do Sul, Minas Gerais e Maranhão	Modelagem de equações estruturais	Kunkel, Vieira e Potrich (2015)
Crédito da Petrobras	Asset swap spreads (ASW) e dos credit default swaps	Oliveira, Pinto (2015)

Quadro 1: Resumo Evidências Empíricas

(Conclusão)

179 empresas sujeitas ao Pronunciamento Técnico De contabilidade para pequenas e médias empresas	Regressão quantílica	Riva e Salotti (2015)
Cooperativas de crédito rural nos municípios brasileiros	Não houve descrição de método	Schuntzemberger <i>et al.</i> , (2015)
10 maiores cooperativas brasileiras no período de 2001 a 2010.	Regressão	Silva e Hein, (2015)
1.600 empresas do distrito do Porto	Quantitativo e exploratório	Tavares, Pacheco e Almeida, (2015)
Crédito Industrial no Brasil	Correção de Erros	Tristão, Bender Filho e Coronel (2015)
Estudo das teorias do consumo em demasia	Ensaio Teórico	Valadares <i>et al.</i> ,(2015)
Mercado brasileiro de 2003 a 2012	Método de Berrospide e Edge (2010)	Yoshida Junior e Shiozer (2015)
Regiões do Distrito Federal Continuação	Regressão Logística e Regressão Logística Geograficamente Ponderada	Albuquerque, Medina e Silva, (2016)
Não teve objeto de pesquisa específico	<i>Receiver Operating Characteristic</i> (ROC)	Crespi Júnior Perera Kerr (Continua
Cooperativas de crédito nos municípios brasileiros	Método de diferenças em diferença	Jacques e Gonçalves (2016)
Contratos de créditos concedidos pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social, entre 2004 e 2015	Documental	Kraychete (2016)
Pronaf	Estudo Bibliométrico	Resende e Mafra (2016)
Dados trimestrais do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) do Produto Interno Bruto (PIB) do setor primário	Modelo autoregressivo	Simonassiet <i>et al.</i> , (2016)
Cooperativas Centrais Unicred	Não houve descrição de método	Bressan, Souza, Bressan, (2017)
Sistema Nacional de Crédito Rural do Brasil.	Regressão	Melo e Resende Filho (2017)
Demanda por crédito para veículos no Brasil de 2000 a 2012	Markov Switching	Mendonça Moreira Sachsida (2017)
BNDES no período de 2007 a 2012	Analisar as operações do BNDES Automático e BNDES Finem	Quaglio e Paiva (2017)
Dados do Banco Central do Brasil para medir a inadimplência, o crédito, o PIB e os juros no Brasil	Modelo de Vetor Autorregressivo (VAR)	Tiryaki <i>et al.</i> , (2017)

Fonte: Elaborado pelos autores

4. 2 Panorama de estudos

De acordo com as evidências empíricas analisadas, nota-se que alguns assuntos foram abordados de forma mais enfática e abrangente. Declara-se que por mais que alguns temas tenham objetivos semelhantes, ocorre divergência nos procedimentos utilizados para obtenção dos resultados. Com isso, considera-se que não existe uma regra pragmática que enquadre os

trabalhos quanto ao método, visto que são diversos os processos que podem ser utilizados para consecução dos trabalhos.

Assim, por meio da exploração dos artigos identifica-se uma preocupação com as cooperativas de crédito para a economia local, destacando que é de suma importância sua utilidade. Destaca-se que algumas cidades por serem pequenas, não contam com a viabilidade da presença de bancos. Assim, verificou-se que nos estudos realizados as cooperativas têm suporte financeiro, encontrando-se em risco positivo, ou seja, que ainda tem folgas financeiras.

Um ponto amplamente discutido na presente pesquisa se dá pelo objeto de estudo do Pronaf. Salienta-se que é um programa que visa dar suporte a agricultura familiar através de financiamentos com baixa taxa de juros. Por ser uma plataforma que na teoria é benéfica para os produtores, os autores instigaram os riscos do programa, identificando que os mesmos são baixos e através de entrevistas com os favorecidos, os relatos presumiram que o empréstimo ainda é pequeno e não reconhece a agricultura familiar.

Ainda retratando sobre as cooperativas, o trabalho de Diel e Silva (2013) encontraram divergência quanto ao ranking de posição das 50 maiores cooperativas de crédito do Brasil, sendo que ocorreu uma alteração de 48 das 50 posições. Por mostrar desarmonia nos resultados, seria ideal um terceiro estudo com outros métodos a fim de verificar qual pesquisa melhor define a posição das 50 maiores cooperativas de crédito do Brasil quanto a eficiência.

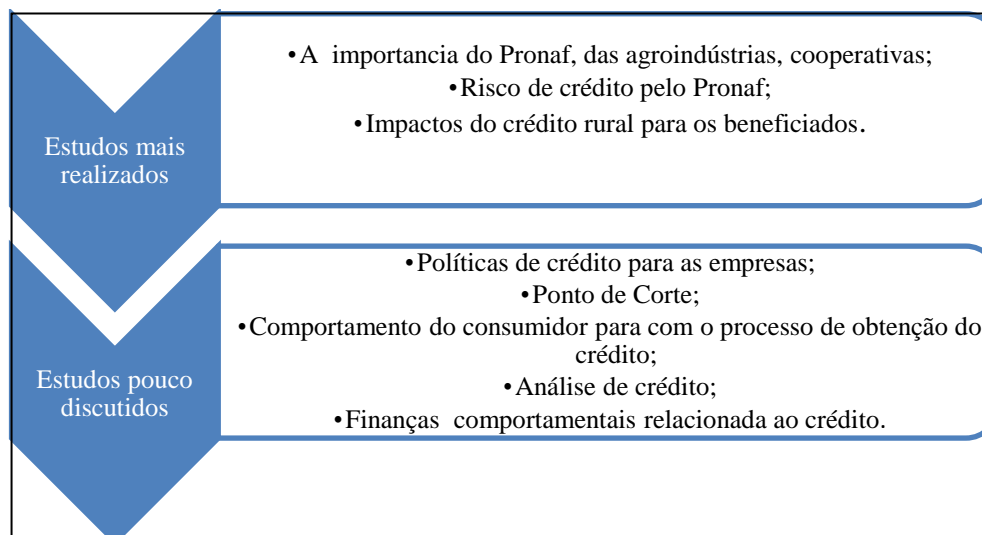
Um ponto a ser observado são as técnicas mais utilizadas para a apropriação de resultados. Desse modo, pelas evidências dos artigos escolhidos, nota-se a preferência dos modelos de regressão, técnicas multivariadas, a fim de determinar os riscos de crédito. Diante desse parecer, sugere-se a exploração de outros métodos como a análise envoltória de dados (DEA) como o trabalho de Matias *et al.*, (2014) que buscou analisar o índice de eficiência e a evolução das receitas de prestação de serviços das cooperativas de crédito em comparação às instituições bancárias privadas e públicas que poderia explorar aspectos ligados a eficiência do processo de concessão de crédito.

Ademais, percebe-se que em muitos estudos, segmentou-se o período de análise. Recomenda-se uma replicação das amostras, com o objetivo de analisar uma evolução dos dados, uma vez que, a concessão de crédito ser um procedimento dinâmico, pode sofrer mutações no decorrer do tempo. Nota-se também que por mais que ocorra uma carência desses estudos no período atual, os avanços estão acontecendo, uma vez que no período de 2008 até 2010 os trabalhos que tratavam da temática do crédito eram poucos e desde 2011 as pesquisas estão crescendo, visto que apareceram mais trabalhos desde então.

Além disso, foram incipientes os assuntos que correlacionaram o crédito com áreas afins como o endividamento e seus consequentes, sendo este um ponto forte a ser explorado. Com o

propósito de elucidar as questões debatidas no tópico de evidências empíricas, foi construída uma figura a fim de ressaltar os estudos que obtiveram ênfase nos períodos estudados e aqueles cuja análise foi mais demente.

Figura 2: Estudos mais realizados X Estudos pouco discutidos



Fonte: Elaborado pelos autores

Por conseguinte, o crédito poderia ser comparado e relacionado a outros aspectos tais como: o endividamento, alfabetização financeira, consumismo, comportamento do consumidor. Entretanto, apesar da importância da correlação entre esses temas, os estudos ainda são incipientes, fazendo com que estudos futuros nessa área enriqueçam a literatura referente ao crédito. Outro destaque vai para a expansão dos objetos de estudo, principalmente os ligados a unidades territoriais brasileiras, uma vez que nos estudos discutidos, alguns estados brasileiros obtiveram maior destaque.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Destaca-se que uma das maneiras de sobrevivência dos empreendimentos no mercado, refere-se à implantação do sistema de crédito nas instituições, tornando-se uma vantagem competitiva. Ademais, o crédito está cada vez mais presente nas organizações, uma vez que muitas empresas necessitam de financiamento para gerenciar seu capital de giro. São diversas as modalidades de crédito, que podem ocorrer de agências financiadoras para empresas que sentem restrições para gerir o capital de giro, além dos próprios empreendimentos que financiam as compras de seus clientes. Outro foco crescente do crédito se dá pelas cooperativas de crédito que suprem as demandas de produção agrícola, custeando as compras do cliente.

Inferese que existem instituições que possuem dificuldades ao conceder crédito. Esse fato pode ser justificado em partes por uma carência na estruturação de uma política eficiente que atenda requisitos básicos que aprovelem o pedido de crédito dos clientes.

Dessa forma, buscou-se demonstrar por meio das evidências empíricas, estudos que remetessem a temática do crédito. Assim, numa análise preliminar declara-se que os estudos têm como objetivo verificar a atuação no crédito para os tomadores de crédito. Acrescenta-se uma lacuna nas questões de verificação do comportamento do consumidor na hora de verificação da concessão de crédito.

Por conseguinte, as limitações desse estudo ficam restritas as análises dos trabalhos de ordem nacional, sendo importante expandir o estudo em uma conjuntura internacional. Portanto, sugere-se, para trabalhos futuros, avançar nos pontos em que se verificou lacunas em relação a concessão de crédito, além de explorar métodos pouco utilizados nessa temática como o DEA. Portanto, essas medidas serão significativas para maior exploração e entendimento do tema.

REFERENCIAS

ABRITA, M. B. RONDINA NETO, A.; OLIVEIRA, L.; ARAÚJO, E. C. O crédito como mecanismo de transmissão da política monetária: aspectos teóricos e evidências empíricas para o Brasil. **Nova Economia**, v. 24, n. 2, p. 225-242, 2014.

ALBUQUERQUE, P. H. M.; MEDINA, F. A. S.; DA SILVA, A. R. Regressão Logística Geograficamente Ponderada Aplicada a Modelos de Credit Scoring. **Revista Contabilidade & Finanças**, v. 28, n. 73, p. 93-112, 2017.

ANDRADE, S. F. C. de; RIUL, P. H.; OLIVEIRA, M. S.; CAVALCANTI, M. F. A Inadimplência nas Instituições Particulares de Ensino na Cidade de Franca. **Revista FACEF Pesquisa**, Franca, v.11, n.1, p.45-58, 2008.

AOKI, V. C. G. BADALOTTI, R. M. Dificuldades e perspectivas no acesso de micro e pequenas empresas a linhas de crédito públicas: o caso de Chapecó. **Revista de Administração Pública-RAP**, v. 48, n. 5, 2014.

BITTENCOURT, W. R. BRESSAN, V. G. F. Rentabilidade em Bancos Múltiplos e Cooperativas de Crédito Brasileiros. **RAC-Revista de Administração Contemporânea**, v. 21, p. 22-40, 2017.

BORTOLUZZI, D. A.; BOLIGON, J. A. R.; HOLLVEG, S. D. S.; MEDEIROS, F. S. B. Aspectos do endividamento das famílias brasileiras no período de 2011-2014. *Revista Perspectiva*, v. 39, n.146, p. 111-123, 2015

BRESSAN, V. G. F.; BRAGA, M. J.; BRESSAN, A. A.; RESENDE FILHO, M. A. Avaliação de insolvência em cooperativas de crédito: uma aplicação do Sistema Pearls. **Revista de Administração Mackenzie**, v. 12, n. 2, art. 68, p. 113-144, 2011.

- BRITO, G. A. S.; ASSAF NETO, A. Modelo de classificação de risco de crédito de empresas. **Revista Contabilidade & Finanças-USP**, v. 19, n. 46, 2008.
- BRITO, G. A. S.; ASSAF NETO, A.; CORRAR, L. J. Sistema de classificação de risco de crédito: uma aplicação a companhias abertas no Brasil. **Revista Contabilidade & Finanças - USP**, v. 20, n. 51, art. 3, p. 28-43, 2009.
- CAMARGOS, M. A.; CAMARGOS, M. C. S.; SILVA, F. W.; SANTOS, F. S. D.; RODRIGUES, P. J. Fatores condicionantes de inadimplência em processos de concessão de crédito a micro e pequenas empresas do Estado de Minas Gerais. **Revista de Administração Contemporânea**, v. 14, n. 2, art. 8, p. 333-352, 2010.
- CAMPARA, J. P. VIEIRA. M. V.; FILHO, R. B.; CORONEL. D. A. Entendendo a tolerância ao risco: proposição de um modelo logit multinomial. **Revista de Administração da Unimep-Unimep Business Journal-**, v. 15, n. 2, p. 1-30, 2017.
- CAPOBIANGO, R. BRAGA, M. J. SILVEIRA, S. F. R. Análise do impacto econômico do crédito rural na microrregião de Pirapora. **Revista de Economia e Sociologia Rural**, v. 50, n. 4, p. 631-644, 2012.
- CARRER, M. J.; SOUZA FILHO, VINHOLIS, H. M. BRANDÃO, M. M. Determinantes da demanda de crédito rural por pecuaristas de corte no estado de São Paulo. **Revista de Economia e Sociologia Rural**, v. 51, n. 3, p. 455-478, 2013.
- CARVALHO, C. J. Como a gestão de práticas de oferta de crédito impacta a de estoque. **RAC-Revista de Administração Contemporânea**, v. 19, 2015.
- CARVALHO, F. L.; DIAZ, M. D. M.; BIALOSKORSKI NETO, S.; KALATZIS, A. E. G. Saída e insucesso das cooperativas de crédito no Brasil: uma análise do risco. **Revista Contabilidade & Finanças - USP**, v. 26, n. 67, p. 70-84, 2015.
- CHEIN, F.; SILVA, U. VIEIRA. K. M. Imperfeições no mercado de crédito e racionamento de crédito: uma análise para o setor informal no Brasil. **Revista Nova Economia**, v. 24, n. 1, p. 103-122, 2014.
- COSTA, V. L. S.; GOMES, J. M. A. Crédito e conservação ambiental no extrativismo da carnaúba (*Copernicia prunifera* (Mill.) HE Moore) no nordeste brasileiro no período de 2007 a 2012. **Interações (Campo Grande)**, v. 17, n. 1, 2016.
- CRESPI JÚNIOR, H; PERERA, L. C. J.; KERR, Roberto. B. Gerenciamento do Ponto de Corte na Concessão do Crédito Direto ao Consumidor. **RAC-Revista de Administração Contemporânea**, v. 21, n. 2, 2017.
- DA ROCHA, D. G.; MARCELINO, G. F.; SANTANA, C. M. Orçamento público no Brasil: a utilização do crédito extraordinário como mecanismo de adequação da execução orçamentária brasileira. **Revista de Administração**, v. 48, n. 4, p. 813-827, 2013.
- DA SILVA, C. F.; ALVES, T. W. Dinâmica dos financiamentos habitacionais nos municípios do Rio Grande do Sul de 2006 a 2010: uma avaliação do Programa “Minha Casa, Minha Vida”. **Revista de Administração Pública-RAP**, v. 48, n. 1, 2014.

DANTAS, J. A. RODRIGUES, F. F. ROGRIGUES, J. M CAPELLETO. L. R. Determinantes do grau de evidenciação de risco de crédito pelos bancos brasileiros. **Revista Contabilidade & Finanças-USP**, v. 21, n. 52, 2010.

DE CARVALHO, C. J.; SCHIOZER, R. F. Determinantes da oferta e da demanda de créditos comerciais por micro, pequenas e médias empresas. **Revista Contabilidade & Finanças**, v. 26, n. 68, p. 208-222, 2015.

DE CARVALHO, C. J.; SCHIOZER, R. F. Gestão de capital de giro: um estudo comparativo entre práticas de empresas brasileiras e britânicas. **RAC-Revista de Administração Contemporânea**, v. 16, n. 4, p. 518-543, 2012.

DIEL, F. J.; SILVA, T. P. Análise da eficiência e o posicionamento do ranking das cooperativas de crédito do Brasil. **Interações (Campo Grande)**, v. 15, n. 1, 2015.

ECKERT, A.; BIASIO, R.; MECCA, M. S.; ZUKUNELLI, A. A proposição de uma ferramenta de auxílio para a concessão de crédito por uma instituição bancária privada. **Revista Gestão Organizacional**, v. 4, n. 1, art. 1, p. 3-29, 2011.

FERREIRA, M. A. M.; OLIVEIRA, L. M.; SANTOS, L. M. D.; ABRANTES, L. A. Previsão de risco de crédito para definição do perfil de clientes de um banco de varejo. **Revista de Negócios**, v. 16, n. 2, p. 47-64, 2011.

GARTNER, Ivan Ricardo; SILVA MOREIRA, Tito Belchior; MARTINS GALVES, Herley. Análise do risco setorial como instrumento de controle gerencial em instituições financeiras. **RAM. Revista de Administração Mackenzie**, v. 10, n. 5, p. 107-129, 2009.

GAZOLLA, M.; SCHNEIDER, S. Qual " fortalecimento " da agricultura familiar?: uma análise do Pronaf crédito de custeio e investimento no Rio Grande do Sul. **Revista de Economia e Sociologia Rural**, v. 51, n. 1, p. 45-68, 2013.

GHANI, A. N. A.; MARTELANC, R.; KAYO, E. K. Ha diferenca de restricao de credito para empresas de capital aberto e fechado no Brasil? Evidencia empirica pela abordagem do cash flow sensitivity. **Revista Contabilidade & Finanças**, v. 26, n. 67, p. 85-92, 2015.

GODÓI, A. C.; YOSHINO, J. A.; OLIVEIRA, R. de D. Risco de crédito e alocação ótima para uma carteira de debêntures. **Estudos Econômicos (São Paulo)**, v. 38, n. 2, p. 349-372, 2008.

GONÇALVES, R. M. L.; BORGES, C. R.; MOREIRA, N. P.; MENEZES, R. S. S.; MATOS, D. A. Livre admissão e risco de crédito em uma cooperativa do Alto Paranaíba. **RACE: Revista de Administração, Contabilidade e Economia**, v. 13, n. 1, p. 277-304, 2014.

GONÇALVES, R. M. L.; BRAGA, M. J. Determinantes de risco de liquidez em cooperativas de crédito: uma abordagem a partir do Modelo Logit Multinomial. **Revista de Administração Contemporânea**, v. 12, n. 4, art. 6, p. 1019-1041, 2008.

IVO, G. A.; CRUZ, D. B. F.; CHINELATO, F. B.; ZIVIANI, F. A Expansão do Crédito no Brasil: uma Ferramenta para o Desenvolvimento Socioeconômico . **Gestão & Regionalidade**, v. 32, n. 95, p. 160-174, 2016.

- KRAYCHETE, E. S. O Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) e a expansão de empresas brasileiras de construção civil para a América do Sul. **Caderno CRH**, v. 29, n. 3, 2016.
- KUNKEL, F. I. R.; VIEIRA, K. M.; POTRICH, A. C. G. Causas e consequências da dívida no cartão de crédito: uma análise multifatores. **Revista de Administração**, v. 50, n. 2, p. 169-182, 2015.
- LAKATOS, E. M.; MARCONI, M. de A. **Metodologia do trabalho científico**: procedimentos básicos, pesquisa bibliográfica, projeto e relatório, publicações e trabalhos científicos. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2009.
- LEISMANN, E. L.; CARMONA, C. U. de M. Sustentabilidade financeira das instituições de microfinanças brasileiras: análise das cooperativas de crédito singulares. **Revista de economia e sociologia rural**, v. 48, n. 4, p. 635-672, 2010.
- MATIAS, A. B.; QUAGLIO, G. M.; LIMA, J. P. R.; MAGNANI, V. M. Bancos versus cooperativas de crédito: um estudo dos índices de eficiência e receita da prestação de serviços entre 2002 e 2012. **Revista de Administração Mackenzie**, v. 15, n. 5, p. 195-223, 2014.
- MELO, L. B.; RESENDE FILHO, M. A. Determinantes do risco de crédito rural no Brasil: uma crítica às renegociações da dívida rural. **Revista Brasileira de Economia**, v. 71, n. 1, p. 67-91, 2017.
- MENDONÇA, M. J.; MOREIRA, T. B; SACHSIDA, A. Uma avaliação da demanda creditícia para automóveis no Brasil no período de 2000 a 2012. **Economia e Sociedade**, v. 26, n. 2, p. 427-457, 2017.
- MONTEIRO, R. S.; TEIXEIRA, M. L. M. O papel da confiança na concessão de crédito para empresas em recuperação. **RAM. Revista de Administração Mackenzie**, v. 10, n. 1, 2009.
- MONTES, G. C.; FEIJÓ, C. A. Credibilidade, política monetária e racionamento de crédito. **Revista de Economia Contemporânea**, v. 15, n. 01, p. 05-29, 2011.
- OCNER FILHO, V.O Papel do Crédito Rural Frente ao Crescimento Econômico do Brasil. **Pensamento & Realidade**, v. 32, n. 1, p. 16-30, 2017.
- OLIVEIRA, F. N. de; PINTO, R. F. Determinants of bond spread and credit default swap: why are they different? The case of Petrobras. **Revista Contabilidade & Finanças**, v. 27, n. 71, p. 185-201, 2016.
- OLIVEIRA, R.; SCHIOZER, F. F. RAFAEL; LEÃO, S. Atuação de bancos estrangeiros no Brasil: mercados de crédito e derivativos de 2005 a 2011. **RAM. Revista de Administração Mackenzie**, v. 15, n. 2, 2014.
- OÑATE, C. A.; LIMA, SOUZA, R. A. Importância das cooperativas de crédito para fornecedores de cana-de-açúcar: um estudo de caso. **Revista de Economia e Sociologia Rural**, v. 50, n. 2, p. 301-318, 2012.
- PAULA, L. F.; OREIRO, J. L; BASILIO, F. Estrutura do setor bancário e o ciclo recente de expansão do crédito: o papel dos bancos públicos federais. **Revista Nova Economia**, v. 23, n. 3, p. 473-520, 2013.

- QUAGLIO, G. M.; DE PAIVA, C. C. A questão regional e o BNDES: uma análise da conformidade entre a atuação do Banco e a Política Nacional de Desenvolvimento Regional (PNDR). **Economia e Sociedade**, v. 26, n. 2, p. 337-368, 2017.
- RESENDE, C. M.; MAFRA, R. L. M. Desenvolvimento Rural e Reconhecimento: tensões e dilemas envolvendo o Pronaf. **Revista de Economia e Sociologia Rural**, v. 54, n. 2, p. 261-280, 2016.
- RIBEIRO, F. V. F.; SCHIOZER, R. F. Cessão de crédito e restrição de capital: um estudo com bancos brasileiros. **RAE-Revista de Administração de Empresas**, v. 54, n. 5, p. 521-536, 2014.
- RIVA, E. D.; SALOTTI, B. M. Adoção do padrão contábil internacional nas pequenas e médias empresas e seus efeitos na concessão de crédito. **Revista Contabilidade & Finanças**, v. 26, n. 69, p. 304-316, 2015.
- SANTOS, A. F.; BRITO, E. T. F. S.; SANTOS, K. F. **Análise da Política de Crédito Adotada pelas Microempresas Varejistas de Confeções do Município de Solânea-PB como Dispositivo de Marketing e Vendas**. In: XXV Encontro Nacional de Engenharia de Produção (ENEGEP). Porto Alegre, outubro/novembro, 2005.
- SANTOS, R. B. N.; BRAGA, M. J. Impactos do Crédito Rural na produtividade da terra e do trabalho nas Regiões Brasileiras. **Economia Aplicada**, v. 17, n. 3, p. 299-324, 2013.
- SCHUNTZEMBERGER, A. M. Souza. JACQUES, E. R GONÇALVES, F. O. SAMPAIO, A. V. Análises Quase-experimentais Sobre o Impacto das Cooperativas de Crédito Rural Solidário no PIB Municipal da Agropecuária. **Revista de Economia e Sociologia Rural**, v. 53, n. 3, p. 497-516, 2015.
- SCIELO. Scientific Electronic Library Online. 2018.
- [SELAU, L. P. R.](#) Modelagem para concessão de crédito: da decisão binária para a decisão monetária. 1. ed. **Novas Edições Acadêmicas**, 2015. 116p
- SIMONASSI, A. G.; ARRAES, R. A.; SILVA, J. H. F. Política de Crédito do BNDES e Sustentabilidade de Crescimento do Setor Primário. **Revista de Economia e Sociologia Rural**, v. 55, n. 1, p. 31-46, 2017.
- TAVARES, D. P.; MONTES, G. C.; GUILLÉN, O. T. C. Transmissão da política monetária pelos canais de tomada de risco e de crédito: uma análise considerando os seguros contratados pelos bancos e o spread de crédito no Brasil. **Revista Brasileira de Economia**, v. 67, n. 3, p. 337-353, 2013.
- TAVARES, F. O.; PACHECO, L.; ALMEIDA, E. F. Financiamento das pequenas e médias empresas: análise das empresas do distrito do Porto em Portugal. **Revista de Administração**, v.50, n. 2, p. 254-267, 2015.
- TIRAKI, G. K.; GAVAZZA, I. O.; ANDRADE, C. M.; MOTA, A. L. Ciclos de crédito, inadimplência e as flutuações econômicas no Brasil. **Revista de Economia Contemporânea**, v. 21, n. 1, p. 1-33, 2017.

TOSI, P. G.; FALEIROS, R. N.; FONTANARI, R. Modalidades e hierarquias do crédito na cafeicultura paulista (1889-1930). **Revista Brasileira de Economia**, v. 65, n. 4, p. 401-412, 2011.

TRISTÃO, P. A.; BENDER FILHO, R.; CORONELC, D. A. EVOLUÇÃO DO Crédito industrial no Brasil: uma análise a partir de fatores macroeconômicos. **Revista de Economia Contemporânea**, v. 19, n. 1, p. 5-29, 2015.

VALADARES, J. L. BOAS. A. A. V. REZENDE, D. C. AMÂNCIO, J. M. O" cidadão hedonista": diálogos sobre consumo e cidadania na sociedade contemporânea. **Cadernos EBAPE. BR**, v. 14, n. 4, p. 966-983, 2016.

WESZ JUNIOR, V. J. Política pública de agroindustrialização na agricultura familiar: uma análise do Pronaf-Agroindústria. **Revista de Economia e Sociologia Rural**, v. 48, n. 4, p. 567-596, 2010.

YOSHIDA, V. T.; SCHIOZER, R. F. Capital bancário e crédito no Brasil. **RAC-Revista de Administração Contemporânea**, 2014.